

Governo deixa Bolsa Família e INSS pendentes no Congresso

Governo depende do Congresso para pagar Bolsa Família e INSS em 2024

Executivo precisará de aval para destravar até R\$ 318 bi em receitas e despesas do Orçamento

Milena Tomazelli e Nathalia Garcia

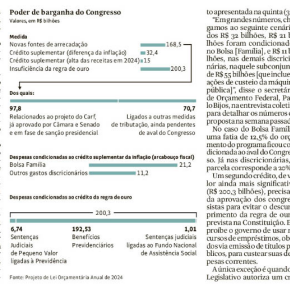
Milena Tomazelli e Nathalia Garcia
A execução do Orçamento de 2024 deve ser um teste de fogo para a articulação política do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que depende do Congresso Nacional para aprovar créditos especiais para destravar despesas com Bolsa Família e Previdência Social.



Fernando Haddad (Fazenda) durante reunião com Simone Tabet (Planejamento) e Jorge Messias (AGU)

Técnicos do governo admitem que a elevada dependência dessas autorizações especiais para o Congresso em enorme poder de barganha nas negociações. Entre 2020 e 2023, o Executivo precisou recorrer ao Congresso para aprovar o orçamento de 2021 e 2022, e para aprovar o orçamento de 2023. Para isso, enfrentou negociações embaraçosas com o Congresso para aprovar o orçamento de 2023. Para isso, enfrentou negociações embaraçosas com o Congresso para aprovar o orçamento de 2023.

Em 2020 e 2021, o Executivo precisou recorrer ao Congresso para aprovar o orçamento de 2021 e 2022, e para aprovar o orçamento de 2023. Para isso, enfrentou negociações embaraçosas com o Congresso para aprovar o orçamento de 2023. Para isso, enfrentou negociações embaraçosas com o Congresso para aprovar o orçamento de 2023.



despesas suplementares em específico com finalidade específica e por maioria absoluta — só com apoio de 273 deputados e 41 senadores. Desde o início de 2023, 5 bilhões condicionados ao crédito da regra de ouro está ligada a benefícios previdenciários. No caso do orçamento, o governo diz que a decisão segue critérios técnicos, como insuficiência de receitas estimadas para seu pagamento, despesa com ritmo regular e previsto e concentração do valor em poucas ou uma única categoria. A despesa com benefícios previdenciários do RPPS (Regime Geral de Previdência Social) que gerou uma dívida de 10,5 bilhões em 2022, deve ser paga em 2024. Segundo o governo, o valor total estimado para a quitação dos meses de falta de pagamento da Previdência — que dá tempo para negociar com a seguradora. Um terceiro crédito, estimado em até R\$ 14 bilhões, é considerado um "bônus" pelo governo e não está sendo considerado inerte. O novo orçamento prevê a possibilidade de o governo, por meio de uma lei, ampliar o crescimento real das despesas em 0,5% a 1,5%, caso a arrecadação no ano que vem tenha um desempenho melhor do que o incorporado na regra de ouro da Lei do Orçamento. Nas estimativas do governo, esse crédito pode chegar a R\$ 5 bilhões, mas sua execução depende não só de um novo indicativo do Congresso mas também da existência de recursos suficientes para financiar os gastos. O governo também precisa negociar a aprovação de medidas que vão assegurar, em 2024, R\$ 7,2 bilhões em novas ações de crédito da máquina pública. Esse é o secretário de Planejamento Federal, Paulo Sérgio, mantendo a coleta para a dívida de 10,5 bilhões. A proposta foi enviada ao Congresso na semana passada. No caso da Bolsa Família, uma fatia de 12,5% do orçamento da programação foi destinada ao total do Congresso. Se não ocorrer, a parcela corresponde a 20%. O pagamento do crédito de regra de ouro, previsto na Constituição, é a aprovação do Congresso para evitar o desvirtuamento da regra de ouro, prevista na Constituição. Ela proíbe o governo de usar recursos de empréstimos, obrigações em títulos públicos, para custear suas despesas correntes. A única exceção é quando o Legislativo autoriza um crédito suplementar em específico com finalidade específica e por maioria absoluta — só com apoio de 273 deputados e 41 senadores. Desde o início de 2023, 5 bilhões condicionados ao crédito da regra de ouro está ligada a benefícios previdenciários. No caso do orçamento, o governo diz que a decisão segue critérios técnicos, como insuficiência de receitas estimadas para seu pagamento, despesa com ritmo regular e previsto e concentração do valor em poucas ou uma única categoria. A despesa com benefícios previdenciários do RPPS (Regime Geral de Previdência Social) que gerou uma dívida de 10,5 bilhões em 2022, deve ser paga em 2024. Segundo o governo, o valor total estimado para a quitação dos meses de falta de pagamento da Previdência — que dá tempo para negociar com a seguradora. Um terceiro crédito, estimado em até R\$ 14 bilhões, é considerado um "bônus" pelo governo e não está sendo considerado inerte. O novo orçamento prevê a possibilidade de o governo, por meio de uma lei, ampliar o crescimento real das despesas em 0,5% a 1,5%, caso a arrecadação no ano que vem tenha um desempenho melhor do que o incorporado na regra de ouro da Lei do Orçamento. Nas estimativas do governo, esse crédito pode chegar a R\$ 5 bilhões, mas sua execução depende não só de um novo indicativo do Congresso mas também da existência de recursos suficientes para financiar os gastos. O governo também precisa negociar a aprovação de medidas que vão assegurar, em 2024, R\$ 7,2 bilhões em novas ações de crédito da máquina pública. Esse é o secretário de Planejamento Federal, Paulo Sérgio, mantendo a coleta para a dívida de 10,5 bilhões. A proposta foi enviada ao Congresso na semana passada. No caso da Bolsa Família, uma fatia de 12,5% do orçamento da programação foi destinada ao total do Congresso. Se não ocorrer, a parcela corresponde a 20%. O pagamento do crédito de regra de ouro, previsto na Constituição, é a aprovação do Congresso para evitar o desvirtuamento da regra de ouro, prevista na Constituição. Ela proíbe o governo de usar recursos de empréstimos, obrigações em títulos públicos, para custear suas despesas correntes. A única exceção é quando o Legislativo autoriza um crédito

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 13